



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, visando modernizar a infraestrutura operacional e laboratorial do setor, proporcionar melhores condições para a execução das atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores e fortalecer as ações de saúde pública desenvolvidas no município. A aquisição será realizada com recursos provenientes da Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 002/2025, de autoria do Vereador Josimar Nogueira Alves, destinada ao exercício financeiro de 2026, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	SITE	TRIÂNGULO	ATA	MÉDIA	TOTAL
01	Computador completo (Intel Core i7, 16GB RAM, SSD 1TB, Monitor 24", Windows 11 Pro + Pacote Office) – Computador de mesa completo, equipado com processador Intel Core i7 ou equivalente de desempenho superior, memória RAM mínima de 16GB, armazenamento SSD mínimo de 1TB, monitor LED de no mínimo 24 polegadas com resolução Full HD, teclado e mouse USB, sistema operacional Windows 11 Pro original e pacote de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações devidamente licenciado.	04	UND	R\$ 2.100,00	R\$ 1.852,73	R\$	R\$ 1.976,37	R\$ 7.905,48
02	Caixa de som C3Tech SP-301BK, Sistema 2.0, USB – Caixa de som multimídia sistema 2.0, alimentação via porta USB, conexão de áudio padrão P2 3,5 mm, controle de volume integrado, design compacto e compatível com computadores, notebooks e outros dispositivos eletrônicos.	02	UND	R\$ 68,74	R\$ 61,64	R\$	R\$ 65,19	R\$ 130,38
03	Nobreak Interativo XNB 720 Bivolt Intelbras – Nobreak interativo com potência mínima	02	UND	R\$ 479,44	R\$ 447,67	R\$	R\$ 463,56	R\$ 927,12



	de 720VA, entrada bivolt automática, saída estabilizada, proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e oscilações da rede elétrica, com autonomia compatível para desligamento seguro dos equipamentos conectados.							
04	Nobreak Interativo XNB 720 Bivolt Intelbras – Nobreak interativo com potência mínima de 720VA, entrada bivolt automática, saída estabilizada, proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e oscilações da rede elétrica, com autonomia compatível para desligamento seguro dos equipamentos conectados.	01	UND	R\$ 672,00	R\$ 697,41	R\$	R\$ 684,71	R\$ 684,71
05	Notebook Lenovo IdeaPad 1i i7-1255U, 12GB, 512GB SSD, 15.6", Windows 11 – Notebook com processador Intel Core i7-1255U ou equivalente, memória RAM mínima de 12GB, armazenamento SSD mínimo de 512GB, tela de 15,6 polegadas, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, webcam integrada, portas USB e HDMI, sistema operacional Windows 11 original.	04	UND	R\$ 2.596,29	R\$ 2.499,40	R\$	R\$ 2.547,85	R\$ 10.191,40
06	Microscópio Digital LCD Binocular 9", resolução 1024x600, USB 2.0, iluminação LED 3W bivolt – Microscópio digital binocular com tela LCD integrada de aproximadamente 9 polegadas, resolução mínima de 1024x600 pixels, conexão USB 2.0, sistema de iluminação LED de 3W, alimentação bivolt, ajuste de foco e ampliação adequada para análises laboratoriais e observação de amostras.	01	UND	R\$ 2.231,00	R\$ 2.037,20	R\$ 2.366,33	R\$ 2.211,51	R\$ 2.211,51
07	Cadeira para bancada – mocho alto giratório com rodízios e braços reguláveis, couro ecológico – Mocho alto giratório com regulagem de altura por sistema a gás, assento e encosto revestidos em couro ecológico ou material equivalente, braços reguláveis, base com rodízios de alta resistência e estrutura reforçada para uso contínuo.	01	UND	R\$ 321,72	R\$ 285,78	R\$	R\$ 303,75	R\$ 303,75
08	Cadeira executiva – couro sintético/emborrachado, cor preta – Cadeira executiva ergonômica, com assento e	02	UND	R\$ 517,85	R\$ 429,41	R\$ 590,00	R\$ 512,42	R\$ 1.024,84



	encosto revestidos em couro sintético ou material emborrachado de alta resistência, cor preta, regulagem de altura, base giratória com rodízios e apoio para braços.							
09	Cesto de lixo com tampa e pedal, capacidade 30 litros – Cesto para resíduos confeccionado em plástico resistente ou material equivalente, capacidade mínima de 30 litros, equipado com tampa acionada por pedal e fácil higienização.	01	UND	R\$ 151,90	R\$ 178,04	R\$ 60,00	R\$ 129,98	R\$ 129,98
10	Armário de aço com fechadura e 4 prateleiras – Armário confeccionado em chapa de aço, com portas dotadas de fechadura com chave, no mínimo 4 prateleiras internas reguláveis, pintura eletrostática anticorrosiva e estrutura resistente para armazenamento de materiais e documentos.	01	UND	R\$ 609,30	R\$ 668,19	R\$ 614,00	R\$ 630,50	R\$ 630,50
11	Ar-condicionado 9.000 BTUs – Aparelho de ar-condicionado tipo split, capacidade mínima de 9.000 BTUs, ciclo frio, classificação energética eficiente, controle remoto, funções de ventilação e desumidificação, alimentação elétrica compatível com a rede local.	02	UND	R\$ 2.056,19	R\$ 1.921,82	R\$ 1.979,30	R\$ 1.985,77	R\$ 3.971,54
12	Caixa coletora perfurocortante 7 litros – Recipiente rígido para descarte de materiais perfurocortantes, capacidade de 7 litros, confeccionado conforme normas sanitárias vigentes, resistente à perfuração, vazamentos e umidade, com sistema de fechamento seguro.	04	UND	R\$ 88,75	R\$ 86,87	R\$	R\$ 87,81	R\$ 351,24
13	Impressora multifuncional Wi-Fi EcoTank colorida bivolt – Impressora multifuncional colorida com tecnologia de tanque de tinta (EcoTank ou equivalente), funções de impressão, cópia e digitalização, conectividade Wi-Fi e USB, alimentação bivolt, impressão colorida de alta resolução e sistema de abastecimento de tinta de alta capacidade.	01	UND	R\$ 1.494,20	R\$ 1.492,99	R\$	R\$ 1.493,60	R\$ 1.493,60
							VALOR TOTAL:	R\$ 29.956,05



1.2. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 29.956,05 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos)**, conforme custos totais apostos na tabela acima.

1.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A presente contratação tem como finalidade a aquisição de equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, visando aprimorar a estrutura operacional e laboratorial do setor e proporcionar melhores condições para a execução das atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores. A disponibilização de equipamentos adequados contribuirá para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelos profissionais responsáveis pelo controle de endemias no município.

2.2. Os equipamentos permanentes constituem recursos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades realizadas pelo Núcleo de Controle de Vetores – Endemias, proporcionando melhores condições para a execução de procedimentos, análises, monitoramentos e demais ações relacionadas à identificação, prevenção e controle de agravos e doenças transmitidas por vetores. A aquisição permitirá estruturar o setor de forma mais adequada às suas necessidades, favorecendo a organização dos trabalhos, a eficiência das rotinas e a atuação das equipes responsáveis pelas ações de vigilância em saúde.

2.3. A inexistência ou insuficiência de equipamentos adequados pode comprometer a execução das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Controle de Vetores – Endemias, dificultando a realização de procedimentos e reduzindo as condições disponíveis para o monitoramento e enfrentamento de doenças e agravos relacionados a vetores. Nesse contexto, a aquisição dos bens mostra-se necessária para garantir melhores condições de trabalho aos profissionais, assegurar maior eficiência na execução das ações de campo e laboratoriais e contribuir para a continuidade e qualificação das atividades de controle de endemias no município.

2.4. A contratação também se justifica pela necessidade de assegurar a aplicação dos recursos provenientes da Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 002/2025, de autoria do



Vereador Josimar Nogueira Alves, destinada ao exercício financeiro de 2026, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). A utilização desses recursos para a aquisição dos equipamentos permanentes permitirá atender à finalidade estabelecida para a emenda, promovendo melhorias na estrutura do Núcleo de Controle de Vetores – Endemias e fortalecendo a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde para o desenvolvimento das ações de vigilância e controle de doenças transmitidas por vetores.

2.5. Assim, a aquisição dos equipamentos permanentes revela-se necessária para o aprimoramento da estrutura do Núcleo de Controle de Vetores – Endemias, proporcionando condições mais adequadas para a execução das atividades de vigilância, prevenção, monitoramento e controle de doenças e agravos relacionados a vetores. A medida contribuirá para o fortalecimento das ações de saúde pública realizadas no município de Uruaçu/GO, para a melhoria das condições de trabalho das equipes e para a adequada aplicação dos recursos destinados pela Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 002/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, visando atender às necessidades do setor e proporcionar melhores condições para a execução das atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, contribuindo para o fortalecimento das ações de saúde pública desenvolvidas no município.

3.2. A definição da solução fundamenta-se na necessidade de disponibilizar ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias equipamentos adequados para apoiar as atividades operacionais e laboratoriais desenvolvidas pelos profissionais do setor. Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, considerando características, funcionalidades, capacidade, qualidade, desempenho, compatibilidade e demais requisitos necessários ao adequado desenvolvimento das ações de controle de endemias.

3.3. A contratação deverá ocorrer junto a empresa especializada no fornecimento dos equipamentos especificados, devidamente regularizada e com capacidade para disponibilizar produtos novos, de qualidade e compatíveis com as necessidades do Núcleo de Controle de Vetores – Endemias. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e



funcionamento, acompanhados dos acessórios necessários à sua utilização, manuais, certificados e demais documentos pertinentes, quando aplicável, observando-se as especificações definidas pela Administração e as normas técnicas vigentes.

3.4. Durante o ciclo de vida dos equipamentos, deverão ser observados procedimentos de conferência, recebimento, instalação ou montagem, quando aplicável, e armazenamento adequado pela Administração, verificando-se a conformidade dos bens com as especificações contratadas, sua integridade física, condições de funcionamento e presença dos acessórios necessários. A utilização deverá seguir as orientações dos fabricantes e as boas práticas aplicáveis, de modo a preservar a segurança, o desempenho e a vida útil dos equipamentos.

3.5. A manutenção e a conservação dos equipamentos deverão observar as orientações e recomendações dos respectivos fabricantes, especialmente quanto às condições de utilização, limpeza, armazenamento, operação e conservação. Eventuais garantias legais e contratuais deverão ser observadas durante os respectivos períodos de vigência, assegurando à Administração o suporte necessário para correção de defeitos ou falhas que estejam abrangidos pelas condições de garantia estabelecidas na contratação.

3.6. Ao final da vida útil dos equipamentos, deverá ser adotada destinação ambientalmente adequada, especialmente no caso de bens que possuam componentes eletroeletrônicos, evitando-se o descarte irregular e priorizando-se, quando tecnicamente viável, a reutilização, o reaproveitamento, a reciclagem ou a destinação por meio de sistemas de logística reversa e empresas devidamente habilitadas. Essas medidas deverão observar a legislação ambiental aplicável e as diretrizes de sustentabilidade adotadas pela Administração Pública.

3.7. A solução proposta também possibilitará a adequada aplicação dos recursos provenientes da Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 002/2025, de autoria do Vereador Josimar Nogueira Alves, destinada ao exercício financeiro de 2026, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), assegurando que os recursos sejam empregados na aquisição de bens permanentes destinados ao fortalecimento da estrutura operacional e laboratorial do Núcleo de Controle de Vetores – Endemias, em conformidade com a finalidade estabelecida para a emenda.

3.8. Dessa forma, a solução apresentada atende às necessidades do Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, proporcionando equipamentos adequados para apoiar as atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, melhorar as condições de trabalho das equipes e



fortalecer a capacidade operacional do setor, contribuindo para a continuidade e qualificação das ações de saúde pública desenvolvidas no município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21).

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o fornecimento dos equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias ser realizado integralmente pela empresa contratada, observadas todas as especificações técnicas, quantitativos, características, funcionalidades, acessórios e demais condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

4.2. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A contratação será realizada pelo critério de julgamento de menor valor por item, considerando as características e especificidades dos equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias. A adoção desse critério busca ampliar a competitividade do certame, possibilitar a participação de maior número de fornecedores e promover a seleção da proposta mais vantajosa para cada item, assegurando economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos, sem prejuízo do atendimento integral às especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

4.4. A contratação deverá ser realizada com empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanentes, devidamente regularizada perante os órgãos competentes e apta a atender às normas técnicas e de qualidade aplicáveis. Os equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade, sem uso anterior, e apresentar características, funcionalidades, capacidade e desempenho compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, de modo a garantir qualidade, segurança, durabilidade e adequado funcionamento.

4.5. O fornecimento dos equipamentos permanentes deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento, observando rigorosamente as especificações, quantidades, características, modelos, quando aplicável, e demais requisitos definidos pela Administração. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente acondicionados e protegidos contra danos durante o transporte e manuseio. A empresa contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer equipamentos



que apresentem defeitos de fabricação, avarias, falhas de funcionamento, ausência de acessórios indispensáveis ou qualquer desconformidade em relação às especificações técnicas estabelecidas.

4.6. Todos os equipamentos fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência, especialmente quanto às características técnicas, funcionalidades, capacidade, compatibilidade, desempenho, acessórios, alimentação elétrica, quando aplicável, e demais requisitos pertinentes a cada item, assegurando que os bens sejam adequados às atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, segurança, qualidade e interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1. A execução do objeto será realizada por empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO, visando atender às necessidades do setor e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades de vigilância, monitoramento, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, conforme os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência.

5.2. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos permanentes em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo que os produtos sejam novos, sem uso anterior, de primeira qualidade, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados dos acessórios necessários à sua utilização, quando aplicável.

5.3. Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, especialmente quanto às características, funcionalidades, capacidade, compatibilidade, desempenho, acessórios e demais requisitos estabelecidos para cada item. Os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, avarias, falhas de funcionamento, incompatibilidade ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

5.4. O fornecimento do objeto será realizado em entrega única, conforme os quantitativos previstos no Termo de Referência, no prazo estabelecido pela Administração após a emissão da



Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente. A contratada deverá efetuar a entrega dos equipamentos no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, observando rigorosamente as especificações técnicas, os prazos contratuais e as condições adequadas de acondicionamento, transporte e manuseio, de modo a preservar a integridade e o perfeito funcionamento dos produtos.

5.5. No ato do recebimento, os equipamentos serão submetidos à conferência pela Administração, que verificará a quantidade, integridade física, características, especificações e condições de funcionamento, quando aplicável. O recebimento definitivo ficará condicionado à constatação de conformidade dos bens com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

5.6. A contratada deverá disponibilizar, quando aplicável, manuais de utilização, certificados de garantia, notas fiscais e demais documentos necessários ao adequado funcionamento e utilização dos equipamentos, bem como prestar as informações pertinentes à sua operação, observadas as condições estabelecidas na contratação e as recomendações dos respectivos fabricantes.

5.7. Os equipamentos deverão ser entregues com garantia legal e/ou contratual aplicável, cabendo à contratada realizar ou providenciar, sem ônus para a Administração, os reparos ou substituições decorrentes de defeitos cobertos pela garantia, durante o período correspondente, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei N.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2. Fiscalização

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei N. °14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3. Fiscalização Técnica

6.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Secretaria;

6.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei N. °14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.3.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.4. Fiscalização Administrativa

6.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



6.5. Gestor do Contrato

6.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.5.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei N.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, AFERIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os equipamentos permanentes destinados ao Núcleo de Controle de Vetores – Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Uruaçu/GO serão recebidos mediante conferência das quantidades, características, especificações técnicas, acessórios, integridade física, condições de funcionamento e demais requisitos previstos no Termo de Referência, verificando-se sua conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.

7.2. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou divergências, a Contratada deverá substituir ou corrigir os itens, sem ônus para a Administração.

7.3. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos materiais e o atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

7.4. Poderá haver retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a Contratada:

7.4.1. entregar materiais em desacordo com as especificações exigidas;

7.4.2. fornecer quantidade inferior à contratada;



7.4.3. não substituir os materiais rejeitados pela fiscalização no prazo estabelecido.

8. DO RECEBIMENTO

8.1. Os equipamentos permanentes serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após a conferência das quantidades, características, especificações técnicas, integridade física, condições de funcionamento e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

8.2. Em caso de rejeição dos equipamentos permanentes, total ou parcialmente, o fiscal fixará prazo para que a contratada realize a substituição ou sane as irregularidades identificadas, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento das condições estabelecidas na contratação.

8.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos equipamentos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).

9.1. O Contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Atendidos os requisitos para a contratação, o fornecedor/executor a ser contratado será o que ofertar o menor preço global.

9.3. Para fins de contratação, a empresa a ser contratada deverá apresentar a seguinte documentação mínima:

- a) Ato Constitutivo da empresa devidamente registrado no Órgão competente;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- c) Atestado de Capacidade Técnica;
- d) Prova de regularidade junto ao FGTS (CRF);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da Sede da empresa (CND);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da empresa (CND);
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Federal conjunta com o INSS (CND);
- h) Prova de regularidade trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br), ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br) ou ainda, Tribunais Regionais do Trabalho;
- i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo II deste Termo de Referência;

9.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- c) Relação atualizada dos impedidos de licitar, contratar ou exercer cargo público, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO (<https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>).

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, pela seguinte dotação orçamentária:

10.305.3011.2.698.4.4.90.52 – (Execução de Emendas Impositivas - Saúde)

11. DO PRAZO DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Uruaçu (GO), 04 de agosto de 2026.

WESLEY DE SOUSA COSTA
Secretário Municipal de Saúde